

Guariba/SP, 29 de agosto de 2022.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Instrução Normativa n° 236, 17/02/2022, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data-Base:	06/2022
Documentos:	(X) Balanço Patrimonial (X) Demonstração das Sobras ou Perdas (X) Demonstração do Resultado Abrangente (X) Demonstração dos Fluxos de Caixa (X) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (X) Notas Explicativas () Relatório de Auditoria Independente (X) Relatório da Administração () Parecer do Conselho Fiscal
Data publicação:	29/08/2022
Sítio eletrônico publicação:	https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopecredi/demonstracoes-financeiras

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

COOPECREDI GUARIBA – COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-42

Marcelo Antonio Soares
Diretor Responsável pela Contabilidade

Gabriel Baraldi Zolla
Contador /CRC – 1SP293385

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CREDITO

SICOOB COOPECREDI
 CNPJ: 44.469.161/0001-02
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Em milhares de Reais

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO		1.748.522	1.446.425
DISPONIBILIDADES	4	3.666	3.872
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.683.919	1.385.267
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	135.653	111.572
Títulos e Valores Mobiliários	6	211.238	129.553
Relações Interfinanceiras	4	742.081	564.132
Centralização Financeira		742.081	564.132
Operações de Crédito	7	584.353	568.585
Outros Ativos Financeiros	8	10.594	11.425
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(11.877)	(11.272)
(-) Operações de Crédito	7 e)	(11.102)	(10.429)
(-) Outras	8.1	(775)	(843)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	975	886
OUTROS ATIVOS	10	6.494	5.684
INVESTIMENTOS	11	51.405	47.780
IMOBILIZADO DE USO	12	19.593	19.139
INTANGÍVEL	13	834	822
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(6.487)	(5.753)
TOTAL DO ATIVO		1.748.522	1.446.425
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.748.522	1.446.425
DEPÓSITOS		893.252	684.174
Depósitos à Vista	14	151.298	161.990
Depósitos Sob Aviso	14	568	639
Depósitos à Prazo	14	741.386	521.545
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		435.924	352.412
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	340.269	260.694
Relações Interfinanceiras	16 a)	93.986	84.273
Repasse Interfinanceiros		93.986	84.273
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16 b)	194	191
Outros Passivos Financeiros	17	1.475	7.254
PROVISÕES	19	7.547	7.167
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	991	1.274
OUTROS PASSIVOS	21	22.316	21.703
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		388.492	379.695
CAPITAL SOCIAL	22 a)	129.450	122.816
RESERVAS DE SOBRAS	22 b) e c)	236.116	236.244
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22 d)	22.926	20.635
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.748.522	1.446.425

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CREDITO

SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em milhares de Reais

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		89.785	33.255
Operações de Crédito	24	38.250	22.224
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4 a)	34.452	6.881
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.811	900
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	10.272	3.250
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25	(56.315)	(10.750)
Operações de Captação no Mercado	14 d)	(49.787)	(9.426)
Operações de Empréstimos e Repasses	16 c)	(3.123)	(154)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	25	(3.405)	(1.170)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.470	22.505
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(9.426)	(6.914)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	1.877	1.640
Rendas de Tarifas	27	87	156
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(9.038)	(7.147)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(6.055)	(5.003)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30	(193)	(196)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	5.504	4.492
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(1.608)	(856)
PROVISÕES	33	(231)	(432)
Provisões/Reversões para Contingências		78	(326)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(309)	(106)
RESULTADO OPERACIONAL		23.813	15.159
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	309	1.167
Lucros em Transações com Valores e Bens		3	859
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	(13)
Ganhos de Capital		2	1
Outras Rendas Não Operacionais		321	338
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(17)	(18)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		24.122	16.326
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(131)	(474)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(78)	(289)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(53)	(185)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(1.065)	(763)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		22.926	15.089

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de Reais

	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS DO PERÍODO	22.926	15.089
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	22.926	15.089

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de Reais

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		24.122	16.326
Distribuição de Sobras e Dividendos		(2.126)	(1.006)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		3.405	1.170
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		309	106
Provisões/Reversões para Contingências		(78)	326
Atualização de Depósitos em Garantia		(124)	(32)
Depreciações e Amortizações		734	642
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		26.242	17.532
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(24.081)	44.645
Títulos e Valores Mobiliários		(62.064)	(34.090)
Operações de Crédito		(18.500)	(58.314)
Outros Ativos Financeiros		887	(4.494)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(89)	(369)
Outros Ativos		(810)	5.829
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		(10.692)	20.215
Depósitos sob Aviso		(71)	(1.088)
Depósitos à Prazo		219.841	66.822
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		79.575	60.749
Relações Interfinanceiras		9.713	(12.979)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		3	(2)
Outros Passivos Financeiros		(5.779)	(4.267)
Provisões		149	33
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(283)	69
Outros Passivos		(452)	4.159
Imposto de Renda		(78)	(289)
Contribuição Social		(53)	(185)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		213.458	103.976
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		1.917	366
Distribuição de Sobras da Central		209	640
Aquisição de Intangível		(12)	(212)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(454)	(1.220)
Aquisição de Investimentos		(3.625)	(2.566)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(1.965)	(2.992)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		3.942	6.882
Devolução de Capital à Cooperados		(7.765)	(8.370)
Distribuição de sobras para associados		(10.306)	(3.675)
Aumento nas reservas por incorporações		-	9.307
Reversões de Reservas		-	(2.356)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		(14.129)	1.788
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		197.364	102.772
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		568.004	528.756
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		765.368	631.528
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		197.364	102.772
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	117.350	60.880	2.356	151.310	13.898	345.794
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	3.800	-	-	(3.800)	-
Distribuição de sobras para associados	6.423	-	-	-	(10.098)	(3.675)
Constituição de reservas por Incorporações	3.480	9.307	-	-	-	12.787
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.046	-	-	-	-	1.046
Por Devolução (-)	(8.370)	-	-	-	-	(8.370)
Reversões de Reservas	2.356	-	(2.356)	-	-	-
Sobras do período	-	-	-	-	15.089	15.089
Saldos em 30/06/2021	122.285	73.987	-	151.310	15.089	362.671
Saldos em 31/12/2021	122.816	81.806	3.128	151.310	20.635	379.695
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:	22 d)					
Constituição de Reservas	-	-	-	3.000	(3.000)	-
Distribuição de sobras para associados	7.329	-	-	-	(17.635)	(10.306)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.942	-	-	-	-	3.942
Por Devolução (-)	(7.765)	-	-	-	-	(7.765)
Reversões de Reservas	3.128	-	(3.128)	-	-	-
Sobras do período	-	-	-	-	22.926	22.926
Saldos em 30/06/2022	129.450	81.806	-	154.310	22.926	388.492

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICOOB COOPECREDI**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021 E EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****Em Milhares de Reais****1. Contexto Operacional**

A Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/12/1974, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito.

O Sicoob Coopecredi, possui postos de atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Jaboticabal - SP, Taquaritinga - SP, Dumont - SP, Pradópolis - SP, Matão - SP, Guariba - SP, Lençóis Paulista – SP, e uma plataforma de atendimento digital.

O Sicoob Coopecredi tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2021, o Sicoob Coopecredi, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento dos Ativos e a ampliação de sua área de ação, garantindo, assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana da Região de Lençóis Paulista, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 1/4/2021 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº 189821 comunicado através do Ofício 11.599/2021- BCB/DEORF/GTBHO.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas), a Lei do Cooperativismo (nº 5.764/1971) e normas e instruções do BCB, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e sua aprovação foi realizada pela Administração em 29/07/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação;

iii) a recepção do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o qual estabelece critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro;

iv) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

v) a recepção do CPC 46 - na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;

- ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;
- iii) Instrução Normativa BCB nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;
- iv) Instrução Normativa BCB nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;
- v) Instrução Normativa BCB nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;
- vi) Instrução Normativa BCB nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;
- vii) Instrução Normativa BCB nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;
- viii) Instrução Normativa BCB nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de Covid-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Coopecredi junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por títulos e valores mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob São Paulo e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	3.666	3.872
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	742.081	564.132
Títulos e valores mobiliários	19.621	-
TOTAL	765.368	568.004

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 30 de junho de 2022 e de 2021 foram de:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	34.452	6.881

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ligadas	135.653	111.572
TOTAL	135.653	111.572

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de aproximadamente 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 foram respectivamente:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.811	900

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Títulos de Renda Fixa	32.564	178.674	211.238	124.231	5.322	129.553
TOTAL	32.564	178.674	211.238	124.231	5.322	129.553

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, a recursos investidos em Cédula de Produtor Rural – CPR, Certificado de Recebimento do Agronegócio – CRA, Letras Financeiras – LF e Debêntures. Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP.

Abaixo o resultado auferido com títulos e valores mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	10.272	3.587
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-	(337)
TOTAL	10.272	3.250

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	149.936	191.104	341.040	158.689	174.424	333.114
Financiamentos	10.928	15.582	26.510	9.867	15.089	24.956
Financiamentos Rurais	192.915	23.888	216.803	186.510	24.006	210.516
Total de Operações de Crédito	353.779	230.575	584.353	355.066	213.519	568.585
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.192)	(4.910)	(11.102)	(6.058)	(4.371)	(10.429)
TOTAL	347.587	225.665	573.252	349.008	209.148	558.156

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	14.455	415	58.344	73.214	-	136.797	-
A 0,5% Normal	182.107	4.870	89.227	276.204	(1.381)	213.662	(1.068)
B 1% Normal	52.268	10.251	53.593	116.111	(1.161)	113.980	(1.140)
B 1% Vencidas	154	-	-	154	(2)	-	-
C 3% Normal	78.870	8.910	12.976	100.756	(3.023)	89.550	(2.686)
C 3% Vencidas	337	37	-	374	(11)	739	(22)
D 10% Normal	8.925	808	501	10.234	(1.023)	8.895	(889)
D 10% Vencidas	200	-	-	200	(20)	55	(6)
E 30% Normal	695	983	652	2.330	(699)	380	(114)
E 30% Vencidas	89	-	101	190	(57)	-	-
F 50% Normal	259	-	1.023	1.282	(641)	49	(25)
F 50% Vencidas	152	-	194	346	(173)	-	-
G 70% Normal	63	-	69	132	(93)	-	-
G 70% Vencidas	23	-	-	23	(16)	-	-
H 100% Normal	1.462	183	123	1.768	(1.768)	1.805	(1.805)
H 100% Vencidas	980	54	-	1.034	(1.034)	2.673	(2.673)
Total Normal	339.104	26.419	216.508	582.032	(9.789)	565.117	(7.728)
Total Vencidos	1.936	91	295	2.321	(1.313)	3.468	(2.701)
Total Geral	341.040	26.510	216.803	584.353	(11.102)	568.585	(10.429)

Provisões	(7.667)	(1.008)	(2.427)	(11.102)		(10.429)
Total Líquido	333.373	25.502	214.376	573.252		558.156

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Em 30/06/2022:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	75.266	74.670	191.104	341.040
Financiamentos	2.789	8.139	15.582	26.510
Financiamentos Rurais	42.448	150.468	23.888	216.803
TOTAL	120.502	233.276	230.575	584.353

Em 31/12/2021:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	61.299	97.390	174.424	333.113
Financiamentos	2.176	7.691	15.089	24.956
Financiamentos Rurais	2.317	184.193	24.006	210.516
TOTAL	65.792	289.274	213.519	568.585

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em 30/06/2022:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	142.530	4.064	130	146.724	25%
Setor Privado - Indústria	41.599	5.105	-	46.704	8%
Setor Privado - Serviços	43.506	10.256	-	53.762	9%
Pessoa Física	93.823	6.818	212.081	312.722	54%
Outros	19.581	266	4.593	24.440	4%
TOTAL	341.040	26.510	216.803	584.353	100%

Em 31/12/2021:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	60.157	3.704	-	63.861	11%
Setor Privado - Indústria	59.584	5.424	-	65.008	12%
Setor Privado - Serviços	38.488	7.824	-	46.312	8%
Pessoa Física	87.306	7.660	206.473	301.439	53%
Outros	87.578	344	4.043	91.965	16%
TOTAL	333.113	24.956	210.516	568.585	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(10.429)	(8.198)
Constituições/Reversões no período	(3.362)	(2.732)
Transferência para prejuízo no período	2.689	501
Saldo Final	(11.102)	(10.429)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	72.393	12%	68.349	12%
10 Maiores Devedores	180.138	31%	180.540	32%
50 Maiores Devedores	313.563	53%	318.967	56%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	8.927	8.961
Valor das operações transferidas no período	2.799	1.036
Valor das operações recuperadas no período	(375)	(1.070)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(33)	-
Valor das operações renegociadas no período	(15)	-
Saldo Final	11.303	8.927

h) Operações renegociadas:

Em 30 de junho de 2022 as operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 2.402, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	185	-	185	119	-	119
Rendas a Receber (b)	200	-	200	221	-	221
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	1.421	3.437	4.858	1.450	4.266	5.716
Títulos e Créditos a Receber (d)	252	128	380	336	197	533
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	4.971	4.971	-	4.836	4.836
TOTAL	2.059	8.535	10.594	2.126	9.299	11.425

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas de convênios (R\$ 42), rendas de cartões (R\$ 130) e outros (R\$ 28);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 2); e outros (R\$ 378);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 672); Cofins (R\$ 3.420); e outros (R\$ 879).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(157)	-	(157)	(119)	-	(119)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(186)	(432)	(618)	(245)	(479)	(724)
TOTAL	(343)	(432)	(775)	(364)	(479)	(843)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	-	-	3.403	3.403	-	2.720	-
A 0,5% Normal	-	-	107	107	(1)	1.829	(9)
B 1% Normal	-	-	93	93	(1)	829	(8)
C 3% Normal	-	-	938	938	(28)	-	-
D 10% Normal	90	-	-	90	(9)	150	(15)
E 30% Vencidas	-	40	-	40	(12)	-	-
H 100% Normal	261	-	317	578	(578)	633	(633)
H 100% Vencidas	-	145	-	145	(145)	178	(178)
Total Normal	351	-	4.858	5.209	(616)	6.161	(665)
Total Vencidos	-	185	-	185	(157)	178	(178)
Total Geral	351	185	4.858	5.394	(775)	6.339	(843)
Provisões	(270)	(157)	(347)	(775)		(843)	
Total Líquido	81	28	4.512	4.620		5.496	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	975	886
TOTAL	975	886

10. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	42	-	42	30	-	30

Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	8	-	8	-	-	28
Devedores Diversos – País (a)	26	-	26	28	-	-
Material em Estoque	18	-	18	22	-	22
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	6.116	6.116	-	5.579	5.579
Despesas Antecipadas (c)	285	-	285	25	-	25
TOTAL	378	6.116	6.494	105	5.579	5.684

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 18) e outros (R\$ 8);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e software.

11. Investimentos

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	32.765	30.836
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	18.630	16.934
Outras Participações	10	10
TOTAL	51.405	47.780

12. Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		480	473
Terrenos		1.265	1.265
Edificações	4%	8.332	8.208
Instalações	10%	2.296	2.296
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.080	2.954
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.140	2.942
Sistema de Segurança	10%	317	317
Sistema de Transporte	20%	684	684
Total de Imobilizado de Uso		19.593	19.139
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(984)	(817)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.088)	(981)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.300)	(2.937)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(524)	(466)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(5.897)	(5.200)
TOTAL		13.696	13.939

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa Amortização	30/06/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	10%	433	421
Sistemas De Processamento De Dados	Conforme Vida Útil	390	390
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	Conforme Vida Útil	11	11
Total de Intangível		834	822
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(590)	(553)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(590)	(553)
TOTAL		243	269

14. Depósitos

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	151.298	-	151.298	161.990	-	161.990
Depósito Sob Aviso	568	-	568	639	-	639
Depósito a Prazo (b)	732.865	8.521	741.386	519.296	2.249	521.545
TOTAL	884.731	8.521	893.252	681.924	2.249	684.174

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	93.890	10%	36.599	4%
10 Maiores Depositantes	296.498	33%	174.338	19%
50 Maiores Depositantes	585.841	66%	385.640	41%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(32)	(10)
Despesas de Depósitos a Prazo	(32.517)	(6.717)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(14.092)	(1.901)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(2.357)	(197)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(788)	(600)
TOTAL	(49.787)	(9.426)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	42.715	-	42.715	41.764	-	41.764
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	295.058	2.496	297.554	184.346	34.583	218.930
TOTAL	337.774	2.496	340.269	226.110	34.583	260.694

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d) - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	30/06/2022			31/12/2021		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	De 5,5% a 7,5% a.a.	90.788	5.857	96.645	88.102	663	88.765
(-) Despesas a Apropriar Banco Sicoob		(1.779)	(880)	(2.659)	(4.434)	(58)	(4.492)
TOTAL		89.009	4.977	93.986	83.668	605	84.273

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	30/06/2022			31/12/2021		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País - Instituições Oficiais	3% a.a.	51	143	194	50	141	191
TOTAL		51	143	194	50	141	191

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(3.120)	-
Outras Instituições	(3)	(154)
TOTAL	(3.123)	(154)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.150	7.078
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	17	58
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados	308	118
TOTAL	1.475	7.254

18. Instrumentos Financeiros

O Sicoob Coopecredi opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Provisões

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.120	383	1.503	720	474	1.194
Provisão Para Contingências (b)	-	6.044	6.044	-	5.973	5.973
TOTAL	1.120	6.426	7.547	720	6.447	7.167

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	61.368	59.606
TOTAL	61.368	59.606

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas

e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (b.1)	1.152	673	1.102	648
COFINS (b.1)	3.419	3.419	3.351	3.351
Trabalhistas	585	21	586	10
Outras Contingências	888	858	934	827
TOTAL	6.044	4.971	5.973	4.836

(b.1) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos associados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados em depósitos em garantia no ativo.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Coopecredi, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 668. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	97	39
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	15	22
Impostos e Contribuições sobre Salários	700	703
Outros	178	510
TOTAL	991	1.274

21. Outros Passivos

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias (a)	17.177	16.746
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	661	1.363
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	3.442	2.451
Credores Diversos – País (c)	1.037	818
Rendas Antecipadas	-	325
TOTAL	22.316	21.703

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	1.065	1.901
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	10.399	9.131
Fundos Voluntários	378	378
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	5.335	5.335
TOTAL	17.177	16.746

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 2.896) e outros (R\$ 546);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 2); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 211); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 487); e outros (R\$ 337).

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social	129.450	122.816
Associados	9.012	8.734

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o saldo do fundo de reserva era de R\$ 81.806.

c) Reserva Estatutária

Possui a finalidade de futuro aumento de capital dos associados. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo montava em R\$ 3.128, o qual foi revertido em 20/04/2022 aos associados, na forma de quotas-parte, guardada a devida proporção à participação de cada associado nas operações com a Cooperativa durante o exercício cuja sobra foi apurada e destinada ao referido Fundo, conforme definido no Estatuto Social.

d) Reservas de Contingências

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2014, foi aprovada a criação do Fundo de Contingências, destinado a cobrir eventuais prejuízos ou perdas decorrentes da inadimplência da carteira de crédito, de ações judiciais ou administrativas, aquisição ou reforma de bens móveis e imóveis e cobrir demais perdas no exercício.

A Cooperativa questionava judicialmente a retenção do imposto de renda retido na fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com ela e registrando a correspondente obrigação e efetuando os depósitos judiciais relacionados a esse assunto, que estavam contabilizados em devedores por depósitos em garantia no ativo. Em 2020, a Cooperativa obteve êxito no processo judicial nº 000987366.1999.403.6102, tramitado na 6ª Vara Federal de Ribeirão Preto SP, e efetuou o levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 138.710, líquido dos honorários advocatícios e impostos correspondentes. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a criação do Fundo de Reserva de Contingência Fiscal, constituído pelo valor de R\$ 138.710, referente aos valores retidos das aplicações financeiras advindas do processo nº 0009873-66.1999.403.6102, subtraído dos honorários advocatícios e impostos. O Fundo destina-se a contingenciar ações administrativas ou judiciais relacionadas ao processo em referência. Em 30 de junho de 2022, o montante referente a este fundo era de R\$ 154.510 (R\$ 151.310 em 31 de dezembro de 2021).

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/03/2022, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 14,54% para Reserva de Contingências, no valor de R\$ 3.000;
- 35,52% para Conta Capital, no valor de R\$ 7.331;
- 49,94% para Conta Corrente, no valor de R\$ 10.305.

Também foi deliberado que os associados pessoas jurídicas com saldo de capital superiores a R\$ 1.200 mil, as respectivas sobras a serem integralizadas poderão ser resgatadas em espécie, a seu critério, ou seja, poderão ser creditadas em conta corrente.

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

Em 30 de junho de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Receita de prestação de serviços	211	135

Despesas específicas de atos não cooperativos	(116)	(403)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(34)	(42)
Resultado operacional	61	(310)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	309	365
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	370	55
IRPJ/CSLL	(130)	(474)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	240	416

24. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	40	27
Rendas de Empréstimos	25.496	12.904
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.396	1.838
Rendas de Financiamentos	1.705	1.092
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	231	5.138
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.624	96
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.449	153
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	4.919	-
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	-	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	390	976
TOTAL	38.250	22.224

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas De Captação	(49.787)	(9.426)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(3.123)	(154)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.820	3.894
Reversões de Provisões para Outros Créditos	198	243
Provisões para Operações de Crédito	(6.182)	(5.175)
Provisões para Outros Créditos	(241)	(132)
TOTAL	(56.315)	(10.750)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Cobrança	936	895
Rendas de Garantias Prestadas	125	61
Rendas de Outros Serviços	816	684
TOTAL	1.877	1.640

27. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Serviços Prioritários - PF	17	39
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	70	117
TOTAL	87	156

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(32)	(28)

Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.323)	(830)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1)	(127)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.087)	(1.642)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.588)	(4.520)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(7)	-
TOTAL	(9.038)	(7.147)

29. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(84)	(129)
Despesas de Aluguéis	(224)	(196)
Despesas de Comunicações	(185)	(240)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(168)	(97)
Despesas de Material	(79)	(61)
Despesas de Processamento de Dados	(620)	(722)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(152)	(40)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(62)	(3)
Despesas de Publicações	(2)	(3)
Despesas de Seguros	(75)	(53)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.263)	(881)
Despesas de Serviços de Terceiros	(98)	(97)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(485)	(447)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(547)	(464)
Despesas de Transporte	(361)	(268)
Despesas de Viagem no País	(87)	(55)
Despesas de Amortização	(38)	(34)
Despesas de Depreciação	(696)	(608)
Outras Despesas Administrativas	(829)	(606)
TOTAL	(6.055)	(5.003)

30. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas Tributárias	(138)	(141)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(1)	(1)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	(10)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(54)	(44)
TOTAL	(193)	(196)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	619	654
Dividendos	1.917	366
Distribuição de sobras da central	209	640
Atualização depósitos judiciais	124	32
Rendas de Repasses Interfinanceiros	111	136
Outras rendas operacionais	2.177	2.438
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	347	226
TOTAL	5.504	4.492

32. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(148)	(36)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(2)
Outras Despesas Operacionais	(46)	(25)

Desconto/Cancelamento de Tarifas	-	(1)
Outras Contribuições Diversas	(7)	(1)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(166)	(44)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(1)	(1)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.240)	(746)
TOTAL	(1.608)	(856)

33. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisões/Reversões para Contingências	78	(326)
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	(424)
Provisões para Contingências	(30)	-
Reversões de Provisões para Contingências	108	98
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(309)	(106)
Provisões para Garantias Prestadas	(729)	(460)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	420	354
TOTAL	(231)	(432)

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Lucro em Transações com Valores de Bens	3	859
Ganhos de Capital	2	1
Outras Rendas não Operacionais	322	338
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(13)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(18)	(18)
TOTAL	309	1.167

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, identificamos os seguintes resultados não recorrentes em 30 de junho de 2022 e 2021:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Lucro em Transações com Valores de Bens	3	859
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(13)
TOTAL	3	846

36. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (Diretoria e Conselho de Administração). As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC/LCI/LCA e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Natureza da operação	30/06/2022	30/06/2021
Operações de crédito	13.138	11.150
Depósitos à vista/a prazo/LCI/LCA	86.134	61.296
Honorários	888	701
Cédulas de presença	160	129

37. Cooperativa Central

A Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito - Sicoob Coopecredi, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob São Paulo, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Coopecredi responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	742.081	564.132
Ativo - Investimentos	32.765	30.836
Ativo – Títulos e valores mobiliários	63.502	-
Total das Operações Ativas	838.348	594.969

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o Sicoob São Paulo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	34.452	6.881
Títulos de renda fixa	2.017	-
Distribuição de sobras	208	639
Total das Receitas	36.677	7.520

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área de Governança, Riscos e Compliance, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na *Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob*, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

40. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	388.249	379.427
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.118.111	1.018.163
Índice de Basileia	32,87%	35,57%

GUARIBA-SP

MARCELO ANTONIO SOARES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

GABRIEL BARALDI ZOLLA
CONTADOR CRC 1SP293385

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 30/06/2022 da **COOPECREDI GUARIBA – COOPERATIVA DE CRÉDITO**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2022 o **SICOOB COOPECREDI** completará 48 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2022, o **SICOOB COOPECREDI** obteve um resultado antes do pagamento dos juros ao capital e destinações, no valor de R\$ 22.926 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 6%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 742.081. Por sua vez a carteira de créditos representava o valor bruto de R\$ 584.353.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 367.548	63%
Carteira Rural	R\$ 216.803	37%

Os Cinquenta Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2022 o percentual de 53% da carteira, no montante de R\$ 313.563.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 1.233.521, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 31%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a vista	R\$ 151.298	12%
Depósitos Sob Aviso e a Prazo	R\$ 741.954	61%
LCA	R\$ 297.554	24%
LCI	R\$ 42.715	3%

Os Cinquenta Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2022 o percentual de 48% da captação, no montante de R\$ 585.841.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do **SICOOB COOPECREDI** em 30/06/2022 era de R\$ 388.249.127,15. O quadro de associados era composto por 9.012 cooperados, havendo um acréscimo de 8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “rating” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Coopecredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo que emite relatórios levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa utiliza sua Política de Crédito, e outros manuais sistêmicos, pelo Centro Cooperativo Sicoob e homologado pela Central.

Os mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

Destacamos que, desde julho de 2018, o Sicoob Coopecredi aderiu a centralização contábil junto ao Sicoob São Paulo. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa

proporcionar a padronização de processos, redução de custos, ganho de escala, bem como, garantir a segregação de função entre as áreas contábil e financeira.

Ressalvamos que, em maio de 2021, a Cooperativa aderiu à centralização de serviços de Controles Internos e Riscos, também junto à cooperativa central; e a Área de Auditoria Interna está centralizada no Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

A maioria dos membros da diretoria executiva possuem a certificação de diretor do Sicoob e dos membros do conselho de administração possuem a certificação de conselheiros de administração do Sicoob.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2022, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa.

9. Pacto de Ética

Em 3 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração do Sicoob Confederação e Bancoob instituiu o Pacto de Ética, revogando o Código de Ética. Por meio da Declaração de Ciência, Esclarecimento e Compromisso com o Pacto de Ética do Sicoob todos os empregados ratificaram o compromisso, e os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos associados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2022, a ouvidoria do Sicoob Coopecredi registrou 12 manifestações, sendo

8 de associados e 4 de não associados, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das 12 manifestações, 2 foram consideradas procedentes; as outras 10 manifestações foram consideradas improcedentes. Todas as manifestações foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado,

bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933/21, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Agradecimentos.

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, e aos nossos empregados pela dedicação e comprometimento.

GUARIBA - SP, 30 de junho de 2022

Conselho de Administração e Diretoria.